

REQUERIMENTO de 2014

(Da Sra. Sandra Rosado)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, relativa a uma ampla divulgação e informação sobre os riscos do uso de silicone industrial e à garantia do acesso a meios mais seguros.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação em anexo, sugerindo medidas para se promover uma ampla divulgação e informação sobre os riscos do uso de silicone industrial e para se garantir o acesso a meios mais seguros.

Sala das Sessões, em de de 2014.

Deputada SANDRA ROSADO

INDICAÇÃO Nº , DE 2014
(Da Sra. Sandra Rosado)

Sugere medidas de promoção e divulgação de informações sobre os riscos do uso de silicone industrial, com garantia de acesso a meios mais seguros.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

O silicone líquido industrial para fins estéticos vem sendo utilizado clandestinamente há décadas. Mulheres, travestis, mulheres transexuais, homens transexuais da Ásia e da América do Sul são as maiores vítimas. Atualmente não é incomum encontrar homens que fazem uso dessa substância, numa alternativa de modificar esteticamente seu corpo.

No Brasil, essa prática foi muito comum e, ainda é realizada, em regra, por pessoas não habilitadas, que aplicam quantidades não indicadas e que utilizam produtos com resíduos e não estéril; além do silicone industrial também se utilizam do óleo mineral e solvente.

Várias complicações são descritas como consequência do uso do silicone líquido industrial aplicado diretamente no corpo. Desde processos inflamatórios localizados, com formação de abscessos, fístulas, granulomas, até inflamações sistêmicas graves, infecciosas ou não, podendo em alguns casos levar a óbito.

O tratamento é complicado pela dificuldade ou até mesmo impossibilidade em se remover o material injetado, em razão da presença de tecidos fibróticos e cicatriciais.

Estamos, pois, diante de um procedimento perigoso, que vem vitimando mulheres e muitos da comunidade Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT por todo o Brasil. Milhares, na busca do corpo desejado ou esperado, estão recorrendo às injeções de silicone para aumentar glúteos, pernas, coxas, etc.

Essa realidade tem causas múltiplas e explicação complexa, mas é certo que a desinformação e a falta de acesso, pela imensa maioria, a meios mais seguros contribuem de forma determinante para que milhares de brasileiros se submetam a procedimento de tamanho risco.

Portanto, qualquer estratégia que venha a ser adotada para reduzir o uso desse produto tão perigoso para a saúde tem necessariamente que estar centrada em um amplo processo de divulgação e informação sobre seus riscos e na oferta de serviços, que torne desnecessária a procura de produtos clandestinos, entendendo que a redução de danos se faça necessária.

Outro aspecto fundamental para se reverter essa situação é o de criar condições para que as pessoas sejam acolhidas e respeitadas nos centros de saúde, ouvidas em suas necessidades, sem precisar recorrer à automedicação, uso inadequado de hormônios ou compra de silicone industrial no mercado negro.

A portaria 2.836 do Ministério da Saúde (de 1º/12/2011), que institui no âmbito do SUS a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, foi um grande avanço nesse sentido, mas muito há que fazer para que os direitos nela expresso se tornem realidade, porém se faz necessário que o SUS passa atender as demandas que seja para retirar e mesmo no tratamento.

Diante do exposto, certos da sensibilidade de V.Exa., sugerimos que sejam tomadas medidas cabíveis para promover uma ampla divulgação e informação sobre os riscos do uso de silicone industrial e para acelerar o processo de implantação de serviços que assegurem o acesso a meios mais seguros para atender a demanda desse grande contingente, que

se veem praticamente coagidos a lançar mão de produtos perigosos e proibidos.

Aproveito para agradecer contribuição da Rede Nacional de pessoas Trans – Redtras.

Sala das Sessões, em de de 2014.

Deputada SANDRA ROSADO